



ESTADOS UNIDOS

Suprema Corte revoga direito ao aborto

Em uma decisão histórica, Justiça anula a sentença "Roe v. Wade", de 1973, e retira de milhões de mulheres a prerrogativa de escolherem pela interrupção da gravidez. Biden adverte que a saúde e a vida das norte-americanas estão em risco

» RODRIGO CRAVEIRO

Anna Moneymaker/Getty Images/AFP

Desde ontem, o aborto deixou de ser direito constitucional federal nos Estados Unidos. Por cinco votos a favor, três contra e uma abstenção, a Suprema Corte anulou a "Roe v. Wade", uma sentença anunciada há 49 anos que resguardava a prerrogativa das mulheres de interromperem a gravidez. Com a decisão, cada estado norte-americano terá a liberdade de autorizar ou proibir o aborto. A revogação do direito coloca em xeque outras conquistas sociais, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo. "Em futuros expedientes" sobre o respeito à privacidade, "deveríamos revisar todas as jurisprudências", escreveu o juiz Clarence Thomas em nota que acompanha a decisão. Os três juízes progressistas que se opuseram à mudança da lei são Stephen Breyer, Sonia Sotomayor e Elena Kagan.

Poucas horas depois do anúncio da máxima instância do Judiciário, os procuradores-gerais de Oklahoma, Arkansas e Missouri assinaram uma certificação que proíbe a morte do feto. O Alabama fechou todos os centros de aborto. A governadora republicana de Dakota do Sul, Kristi Noem, declarou a ilegalidade da interrupção da gestação. Até o fechamento desta edição, mais nove estados se preparavam para criminalizar o aborto.

Enquanto a direita conservadora e religiosa comemorava, o presidente dos EUA, Joe Biden, fazia um discurso solene em rede nacional de televisão. "Hoje, a Suprema Corte dos EUA tirou expressamente do povo americano um direito constitucional que já havia reconhecido. Eles não o limitaram, eles simplesmente o tiraram. (...) É um dia triste para a Corte e para o país", afirmou o democrata, que pediu aos cidadãos que combatam a medida



Ativistas contrários à interrupção da gravidez comemoram diante do prédio da Suprema Corte, em Washington

nas urnas, durante as eleições legislativas de 8 de novembro. Biden acredita que somente o Congresso pode restituir o direito constitucional ao aborto, por meio de uma lei federal.

Segundo ele, a sentença "Roe v. Wade" reafirmava os princípios de igualdade básicos, "de que as mulheres têm o poder de controlar o seu destino". "Também reforçou o direito fundamental à privacidade — o direito de cada um de nós escolher como viver nossas vidas", acrescentou. "Agora que a Roe se foi, sejamos claros: a saúde e a vida das mulheres desta nação estão em risco."

"Foram três juízes nomeados por um presidente — Donald Trump — que estavam no centro da decisão de hoje", observou. Os três magistrados citados por Biden são Neil Gorsuch, Brett Kavanaugh e Amy Coney Barrett. Também votaram contra a "Roe v. Wade" Samuel Alito e Clarence

Thomas. Trump celebrou a decisão. "É a vontade de Deus", declarou à emissora Fox News.

"Ideologia extrema"

Biden explicou que a decisão da Suprema Corte é "a realização de uma ideologia extrema e um erro trágico". "É uma decisão tão extrema que mulheres e garotas serão forçadas a dar à luz o filho de seu estuprador", disse o presidente. A vice-presidente, Kamala Harris, enviou uma mensagem às norte-americanas. "Sei que há mulheres por aí que têm medo. Para aquelas que se sentem sozinhas e assustadas: quero que saibam que o presidente e eu estamos lutando por vocês e por seus direitos."

O pedido de revogação da "Roe v. Wade" foi feito por Lynn Fitch, procuradora-geral do Mississippi. "O dia de hoje marca uma nova era na história americana.

'Roe v. Wade' finalmente ficou para trás. Essa decisão é uma vitória, não apenas para as mulheres e as garotas, mas para a própria Corte", disse.

Michelle Bachelet, alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, lamentou "um duro golpe aos direitos humanos das mulheres e à igualdade de gênero". Por sua vez, o ex-presidente norte-americano Barack Obama (2009-2017) e Nobel da Paz considerou que a Corte "não apenas reverteu quase 50 anos de precedente histórico, mas relegou a mais pessoal decisão que alguém pode tomar aos caprichos de políticos e idealistas — atacando as liberdades fundamentais de milhões de americanos".

Evonna Woods — ativista da Reproaction, ONG que aprova o direito ao aborto nos EUA — disse ao **Correio** que a decisão da Suprema Corte colocará fim ao acesso à interrupção da gestação em

metade dos estados norte-americanos. "As pessoas poderão viajar para alguns estados, onde o aborto é legal, se tiverem meios para isso. O acesso ao aborto continuará a ser um direito humano. Fundos pró-aborto e redes de apoio continuarão a financiar o procedimento. A Reproaction seguirá a educar pessoas e a treiná-las para realizarem abortos autogeridos com pílulas. A luta pelo acesso ao aborto legal em todos os estados prosseguirá", garantiu Woods, que interrompeu uma gestação aos 28 anos.

Por sua vez, Lila Rose — líder da ONG pró-vida Live Action — admitiu o caráter "histórico" da medida. "A 'Roe v. Wade' acabou. Crianças viverão por causa dessa decisão de reverter a ficção constitucional da 'Roe v. Wade'. Nos EUA, 63 milhões de crianças morreram nas mãos da indústria do aborto, desde que Roe restringiu a habilidade de comunidades de proteger vidas inocentes", declarou.

Duas perguntas para...

LAWRENCE GOSTIN, professor de medicina da Universidade Johns Hopkins e da Universidade Georgetown e especialista em direito de saúde pública

Arquivo Pessoal



Como o senhor vê a decisão de Suprema Corte de revogar a decisão Roe vs. Wade?

O aborto, agora, será proibido em mais da metade dos estados nos EUA. Isso significa que, em metade do país, as mulheres não terão acesso seguro e legal aos serviços de aborto. Tal medida impactará os direitos reprodutivos femininos, mas também sua saúde e segurança. A criminalização do aborto não resulta em menos abortos. Apenas em mais abortos inseguros, ameaçando a saúde e a vida das gestantes.

O senhor vê a interferência da Justiça em uma decisão privada, que cabe apenas às mulheres?

A decisão de uma mulher de levar um feto a termo está entre as decisões mais íntimas e pessoais que uma pessoa pode tomar. O direito das mulheres à integridade corporal está sendo minado pela Suprema Corte. Trata-se também de equidade e justiça, porque afetará principalmente mulheres pobres e minorias raciais. Serão duas Américas. Uma onde o aborto é seguro e legal, e outra onde é proibido. (RC)

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Como começa uma guerra mundial?

Em meio às idas e vindas diárias nas frentes de combate, a guerra na Ucrânia completa quatro meses e realiza o potencial, identificado desde o início, de aproximar Rússia e Otan de confrontações diretas. É o cenário que se desenha no exclave russo de Kaliningrado, no Mar Báltico: o acesso por terra ao restante do país se faz cruzando a Lituânia, ex-república soviética, hoje membro efetivo da aliança militar euro-americana.

É precisamente nesse cenário que toma forma outra frente de conflito. A Lituânia, que integra também a União Europeia, passou a impedir a passagem de uma série de produtos russos destinados por ferrovia a Kaliningrado, em atenção às sanções impostas a Moscou pela UE. O Kremlin denuncia um bloqueio e alerta para "sérias consequências".

As duas guerras mundiais do século 20 têm datas oficiais de início. Foram

declarações formais de hostilidades, feitas em resposta a episódios determinados, respectivamente, em 1914 e 1939. Em ambos os casos, porém, os historiadores preferem descrever uma cadeia de acontecimentos que conduziu ao conflito generalizado entre blocos e alianças de alcance global.

A crise entre Rússia e Lituânia tem uma projeção adicional às implicações da invasão da Ucrânia. A república báltica é uma das ex-integrantes da União Soviética que hoje pertencem à Otan. Pelo tratado de constituição, a aliança ocidental considera como assunto de defesa coletiva uma agressão externa a um dos países-membros.

Ombro, armas!

É possível captar algum sinal desse sentido de risco na mensagem endereçada à tropa pelo novo comandante do Exército britânico. O general Patrick Sanders se vê como o primeiro chefe de

Estado-Maior em Londres, desde 1941, a assumir o posto "à sombra de uma guerra terrestre na Europa contra uma potência continental".

A data invocada remete à luta contra a Alemanha nazista, e o paralelo traçado agora tem como objeto a crise no Leste Europeu. O general Sanders fez menção explícita à invasão da Ucrânia, em 24 de fevereiro, como fator que reforça a necessidade de o Reino Unido dispor de um exército "pronto para vencer guerras no chão".

Terceira ou a mesma?

Entre os estudiosos, uma corrente expressiva interpreta as duas guerras mundiais do século 20 como um único conflito em duas etapas. Há até quem veja a Guerra Fria, que se seguiu ao fim da Segunda Guerra (1939-1945) como apenas mais um estágio da mesma disputa entre potências econômicas e políticas por esferas de influência e mercados. Do colonialismo territorial ao hegemonismo financeiro, o pote de ouro seria o mesmo.

Na virada para os 1900, o nacionalismo em ebulição na Europa enredou-se com os interesses dos diferentes impérios remanescentes dos séculos anteriores. No entrelaço, que teve como pano de fundo a busca por fontes de

materia-prima industrial e por vias para seu escoamento em direção aos centros industriais, multiplicaram-se conflitos e guerras localizadas nas quais as diferentes potências imperiais jogavam os próprios interesses.

É hoje quase um consenso entre os estudiosos que a Segunda Guerra Mundial foi uma espécie de "segundo tempo" do conflito de 1914-1918. Teve como ingredientes novos a presença da União Soviética comunista, como sucedânea da Rússia czarista, e dos Estados Unidos. Não por acaso, são as duas potências que emergiram em 1945 como polos contrários na nova ordem mundial.

Aos olhos de observadores do cenário atual, a evolução do impasse na Ucrânia pode se revelar, adiante, como um dos fatores que permitiriam apontar, no futuro, situar ali o marco inicial de mais uma fase de uma guerra mundial travada de espasmo em espasmo.

A parte que cabe

Com o país a cada semana mais imerso na corrida pelo Planalto, a diplomacia brasileira trabalha com os cenários desenhados para o próximo governo. Em especial, entra nos cálculos e nas projeções a redefinição do equilíbrio no sistema de forças políticas na América do Sul e Latina.

A eleição do primeiro presidente de

esquerda na história da Colômbia não apenas muda a conta no somatório da região. Gustavo Petro, o eleito, não faz segredo da simpatia por Lula, no Brasil, e sinaliza até alguma ansiedade para reativar, com o vizinho esperado para 2023, os mecanismos de integração colocados na geladeira pelos governos de direita que predominaram no subcontinente nos últimos anos.

Seu mestre

Em Washington, a virada de balança ao sul das Américas se configura como esfinge para os formuladores da política para a região. Desde que substituiu Donald Trump, em janeiro de 2021, Joe Biden teve pela frente uma fila de prioridades na frente diplomática — começando pela pandemia da covid-19.

Entre investidas de reaproximação com os aliados europeus e sinais de alerta para os rivais Rússia e China, o novo titular da Casa Branca manobrou para reafirmar a posição dominante que os EUA acreditam ter no tabuleiro geopolítico internacional. O desafio apresentado agora pelo Kremlin na Ucrânia recoloca em jogo a supremacia global.

E, naturalmente, volta a ter a importância que tinha na Guerra Fria o controle das evoluções políticas do México à Patagônia.